

TEMPOS DE TEMPESTADES(1)

Prof. Dr. José Santino de Assis*

Pesquisador do Laboratório de Fitogeografia Aplicada (LABFIT)

Maceió-Alagoas, 2010

As regiões tropicais do globo são potencialmente vulneráveis aos excessos de chuvas ou à ausência delas por completo. A história evolutiva geologicamente recente desses dois flagrantes da natureza vem registrando o seu agravamento ano após ano. A Região Nordeste do Brasil tem sido palco dos mais acometidos por esses dois extraordinários fenômenos devastadores dos bens biofísicos naturais e humanos.

A mais importante causa desses dois extremismos é uma resultante do constante aumento da temperatura sinalizada pelo “Aquecimento Global” que vem se manifestando nas paisagens nordestinas por duas imperativas forças antagônicas. Uma, pela ampliação do período das secas: desaguamentos. Outra, pelos excessos de chuvas torrenciais caídas no curto período úmido: aguamentos. A primeira se encarrega de impedir o desenvolvimento das plantas nativas, em prejuízo da biodiversidade original. Ao tempo em que prolonga as estações secas e intensifica a severidade e a inclemência das mesmas. A segunda se caracteriza pelas pesadas e tempestuosas aguagens representadas pelas catastróficas enchentes ocorridas quando das reduzidas estações úmidas. Resultados que se manifestam pelo que J. J. Bigarella chamou de *mudflow*, que correspondem às poderosas torrentes de grossos lamaçais reforçados por “paus e pedras” de todos os calibres em turbilhonamentos. A periodicidade desses dois vigorosos extremos de variação climática é o que o saudoso professor Gilberto Osório apelidava de “clima seco-pluvial”. Sem deixar de chamar a atenção para a aparente impropriedade da terminologia. Exemplos de reações climáticas dessa magnitude foram comuns no transcurso do Quaternário durante as suas fases interglaciais. Sendo que o maior deles, ou o mais revolucionário dos últimos 2.0 aos 2.5 milhões de anos, foi o que aconteceu nos fins do Plioceno. Aquele que culminou com a construção do pacote sedimentar que margeia grande parte da faixa costeira nordestina e se estende até à Amazônia. Este que é conhecido aqui no Nordeste pela denominação “Grupo Barreiras”.

A segunda grande causa se origina nos desmatamentos e no conseqüente uso e ocupação inadequados das terras. Estas interferências se encarregam de potencializar as impetuosidades das catástrofes. Tanto pela longevidade e severidade das secas, quanto pela brevidade e torrencialidade das chuvas. Em ambos os casos, os efeitos sempre extrapolam os limites das normalidades.

Nessas circunstâncias de ordem antropogênica as águas estão secando, ou desaguando, porque as áreas produtoras das mesmas por meio da infiltração no solo pela proteção da vegetação natural: sejam das superficiais ou das subterrâneas, são ignoradas pelos vorazes promotores dos desmatamentos predatórios. Porquanto, sem vegetação nas zonas de recargas, a infiltração das águas pluviais que já não acontece ao longo das estiagens, também deixa de ocorrer durante as fortes chuvas. Isso é fator determinante para o aceleração da extinção das nascentes. E quando, ao mesmo tempo, os desmatamentos são expandidos para as áreas das fontes mantenedoras dos rios, a vazão deles nas estiagens se aproxima do zero. Momentos em que as desaguagens (secas) evoluem ao extremo. Mas essa mesma vazão mínima se agiganta ao máximo durante os curtos períodos de chuvas intensas e superconcentradas. Instantes em que recrudescem as trombas d'água. Exemplo da mais recente (2010) e retumbante catástrofe por Alagoas e Pernambuco.

Impotentes que somos em domar ou controlar esses extremos resta-nos a heróica alternativa da adaptação a eles como uma forma de minimizar os seus efeitos danosos. O que se dá por meio da preservação da vegetação nativa das áreas protetoras das nascentes e dos respectivos canais de drenagem. Ação que apaziguará, ao menos, as demolidoras enchentes diluvianas quando dos excessos de chuvas e das desoladoras secas quando das ausências delas.

Aulas sobre essa matéria, quem sabe, ensinariam àqueles grupos de bisonhos legisladores a repensarem os seus gananciosos projetos de aumentar ainda mais a remoção dos

já raríssimos testemunhos das antigas pujantes florestas tropicais brasileiras.

(1) Divulgado no Jornal Diário de Pernambuco. Caderno B3, Coluna Opinião, do dia 29/07/2010

***É Geógrafo Doutor em Organização do Espaço. Atuante no Zoneamento e na Análise Geofitoambiental para o Planejamento Territorial.**